

- REQUERIMENTO** Número / (.ª)
- PERGUNTA** Número / XVII (1 .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto: Avaliação da gestão estratégica e operacional perante as depressões Ingrid, Joseph e Kristin

Destinatário: Ministra da Administração Interna

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A gestão de eventos meteorológicos extremos, particularmente o fenómeno designado por "comboio de depressões", exige uma articulação técnica e uma prontidão operacional que parecem ter falhado na resposta às tempestades que assolaram o país entre o final de janeiro e o início de fevereiro de 2026. Do ponto de vista da ciência meteorológica e da gestão de riscos, a sucessão rápida de sistemas de baixa pressão - que incluiu as depressões Ingrid, Joseph e Kristin - não constitui um evento isolado, mas sim um padrão dinâmico de transferência de energia na atmosfera que requer vigilância máxima.

A tempestade Ingrid, que atingiu o território continental por volta de 23 de janeiro, resultou na colocação de dez distritos sob aviso vermelho e provocou uma vítima mortal. Apesar deste antecedente crítico e da chegada iminente da tempestade Joseph a 26 de janeiro, que fustigou o Norte do país e deixou 10 mil pessoas sem eletricidade, o Comandante Nacional da Proteção Civil, Mário Silvestre, ausentou-se do país às 07h00 desse mesmo dia para uma formação do Instituto da Defesa Nacional em Bruxelas.

Esta ausência ocorreu num momento em que o país já se encontrava num ciclo de elevada vulnerabilidade, ignorando o princípio técnico da continuidade de comando em situações de crise complexa. Embora o Comandante tenha alegado que o briefing do IPMA de 25 de janeiro nada antevia sobre a Kristin, a verdade é que o país já estava sob o efeito de sucessivas frentes.

A tempestade Kristin, comunicada formalmente à Proteção Civil a 27 de janeiro, revelou-se catastrófica, com um balanço de dez vítimas mortais e a destruição severa da região de Centro, nomeadamente no distrito de Leiria.

No plano político-administrativo, a conduta do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, Paulo Ribeiro, agrava a ideia de falta de preparação e de concentração no seu papel institucional. No dia 28 de janeiro, pelas 17h11, enquanto a tempestade Kristin ainda produzia efeitos devastadores e a própria ministra da Administração Interna se encontrava na sede da ANEPC, o Secretário de Estado utilizou canais de comunicação para promover a sua recandidatura partidária à distrital do PSD de Setúbal.

Este comportamento, justificado com um alegado envio "automático", revela uma falha na gestão de prioridades num momento em que a estrutura da Administração Interna e da Proteção Civil deveria estar absolutamente concentrada na mitigação de riscos e no apoio às populações. Acresce a este cenário as críticas técnicas sobre a composição do gabinete do referido governante e a sua alegada falta de experiência específica na área da Proteção Civil, o que levanta dúvidas sobre a capacidade de supervisão técnica e política de um sistema que, neste período, registou mais de 3300 ocorrências relacionadas com inundações e mobilizou mais de 11 mil operacionais.

A ausência das principais figuras de comando e de tutela política durante o pico de um "comboio de depressões" cientificamente previsível na sua perigosidade sequencial sugere uma negligência na preparação do Estado face a fenómenos climáticos severos.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda dirige ao Governo, através do Ministério da Administração Interna, as seguintes perguntas:

1. Como justifica a saída do país do Comandante Nacional da Proteção Civil a 26 de janeiro, num momento em que o país já estava a ser fustigado por uma sucessão de tempestades (Ingrid e Joseph) e com avisos vermelhos emitidos nos dias anteriores? Foi avisada? Autorizou a saída?

2. Considera o ministério da Administração Interna que a promoção de agendas partidárias por parte do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna Paulo Ribeiro no dia 28 de janeiro, em pleno rescaldo da tempestade mais mortífera deste ciclo, é compatível com a responsabilidade exigidas no exercício de funções governativas em situações de emergência nacional?

3. Considerando os princípios da eficácia, da competência e da especialização técnica que devem nortear a nomeação de cargos de condução política e dos respetivos gabinetes de apoio, e tendo em conta que o secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, Paulo Ribeiro, possui um percurso académico e profissional somente na área jurídica e na contratação pública, questiona-se a ministra da Administração Interna:

3.1 Qual é a fundamentação técnica e política que sustenta a confiança na aptidão do referido governante para a gestão de áreas operacionais críticas da Administração Interna, atendendo à alegada escassez de experiência prévia específica no setor?

3.2 De que forma o Ministério avalia a conformidade da composição do gabinete do Secretário de Estado com o interesse público de dotar a Administração Interna de uma estrutura técnica de suporte altamente especializada e resiliente a eventos de emergência nacional?

3.3. Perante as críticas públicas relativas à gestão de prioridades institucionais durante a crise meteorológica das tempestades Ingrid, Joseph e Kristin, que medidas de avaliação de desempenho ou de reforço de competências técnicas foram implementadas no referido gabinete para assegurar o cumprimento das atribuições legais em futuros cenários de excecionalidade?

4. Que medidas de reforço da competência técnica e da prontidão de liderança foram ou serão tomadas para garantir que, em futuros cenários de emergência ou gestão de risco, a estrutura de comando não seja deixada em regime de substituição ou de distanciamento geográfico?

Deputado(a)s

FABIAN FIGUEIREDO(BE)